

Governo quer nova aliança já

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em 15 dias, o governo quer ver formalizada, através da coligação dos partidos que o apóiam no Congresso Nacional, uma nova aliança, bem mais ampla do que a anterior, que permitiu a eleição de Tancredo Neves. A ordem foi do presidente Sarney, ontem ao reunir no Alvorada, durante duas horas, dez ministros e os líderes do governo na Câmara e no Senado.

O ministro da Habitação, Prisco Viana, definiu as articulações do governo por um bloco majoritário como "um conjunto de princípios e propostas de compromissos". E deu, como exemplo, medidas de austeridade na economia, "que precisa ser normalizada". O objetivo, explicou, é fazer com que a base parlamentar "adira ao programa de governo, não ao presidente". O governo não quer, porém, passar por cima dos partidos, fazendo bloco suprapartidário, e admite a possibilidade de adesões individuais de membros de partidos de oposição. A preferência óbvia, contudo, é por pessoas dos partidos que apóiam Sarney. Segundo Prisco, está sendo elaborado um documento "singelo", mas capaz de conter definições precisas sobre o que o governo quer fazer, seja qual for o tempo de mandato aprovado para o presidente.

Já o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, explicou que a estratégia traçada pelo presidente se divide em três etapas: na primeira, será feito um levantamento, estado por estado, do poder de fogo do governo quando precisar de votos no Congresso; na segunda, serão discutidas com as lideranças dos partidos que aderirem à nova aliança as diretrizes da ação governamental, não se excluindo, nessa fase, negociações sobre matérias de ordem econômico-financeira; finalmente, na terceira etapa, o próprio Sarney se encarregará de coroar a coligação dos partidos, convidando solenemente os seus presidentes a aderirem a ela. Atualmente, disse, vive-se a primeira etapa, "num ritmo de quem tem pressa". Sant'Anna promete "fatos concretos para os próximos dias". Novas reuniões já foram convocadas, com o mesmo grupo do encontro de ontem. E a presença dos ministros, lembrou ele, é a prova de que Sarney está empenhado em envolver todos os segmentos do governo.

Da reunião de ontem, participaram, além de Prisco Viana e Sant'Anna, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Borges Silveira, da Saúde, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Hugo Napoleão, da Educação, José Reinaldo Tavares, dos Transportes, Jader Barbalho, da Reforma Agrária, João Alves, do Interior, Iris Rezende, da Agricultura, e o assessor especial do presidente, Thales Ramalho. Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, esteve com Sarney depois da reunião.

Segundo José Lourenço, o presidente Sarney conta com cerca de 340 constituintes que apoiam o governo. Um levantamento completo e detalhado será feito nos próximos dias por Lourenço e Sant'Anna, considerando todas as bancadas estaduais, mas eles já adiantam algumas conclusões: o governo tem uma sólida maioria em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Norte, detém um privilégio: toda a bancada representativa no Congresso. Em pelo menos três estados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, o governo não conta com um apoio expressivo.



Iensen pede a Deus que dê 5 anos para Sarney

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) convoca diariamente os ouvintes de seu programa de rádio *Musical Evangélico* a orarem pedindo a Deus que o presidente José Sarney governe por cinco anos. O pedido vem sendo feito desde que Iensen — que é muito parecido com o presidente — apresentou à Constituinte emenda estabelecendo esse prazo para o mandato de Sarney. Agora o deputado não parece muito disposto a mudar o teor das orações, nem diante da possibilidade de oferecer ao presidente um mandato maior, de seis anos.

"O povo não vai compreender, ainda que eu ache que o mandato de seis anos pode ser uma boa idéia", afirma Iensen. Segundo ele, as centenas de cartas que recebe semanalmente dos ouvintes aprovam a emenda cincoanista. O programa é transmitido pela rádio *Marmby* de Curitiba e de Florianópolis, do próprio Iensen.

O deputado paranaense está seguro da aprovação da emenda, que recebeu 318 assinaturas ao ser apresentada. Por isso também não pretende retirá-la, embora a decisão ainda não seja definitiva. A partir de amanhã ele começará a procurar

parlamentares e líderes dos grupos que apóiam os cinco anos, pois, segundo ele, "retirar a emenda por conta própria não ficaria bem".

Matheus Iensen falará também com o presidente Sarney, já no início da semana. Se o presidente quiser, ele admite sair em busca da aprovação dos outros constituintes para retirar a emenda, mas diz acreditar que Sarney não aceitaria os seis anos.

O deputado, que há 43 anos pertence à igreja Assembleia de Deus, acha que cinco anos é o prazo ideal para qualquer presidente fazer um bom governo. Além disso, acha que não há tempo para a realização de eleições presidenciais este ano. "Faltam mais de 200 artigos para serem votados pela Constituinte e, depois, o segundo turno. Não sei onde essas pessoas que querem os quatro anos estão com a cabeça", comentou.

Ele condena a "esquerda radical", que, a seu ver "malha o presidente Sarney, tal qual Judas em sábado de aleluia", explicando que a crise vivida pelo País "não é culpa do presidente, mas é mundial". Iensen aconselha os que acham que o presidente é ruim a irem para a África do Sul, Irã ou Iraque para, na volta, darem graças a Deus por viverem no Brasil, que é um país cristão.

Renunciar era a decisão do presidente

BELÉM
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney chegou a admitir a possibilidade de renunciar, pouco antes da votação do sistema de governo e do mandato de seus sucessores pela Constituinte. Mas nunca pensou na hipótese de uma junta militar assumir o governo por 120 dias para depois convocar eleições presidenciais. As informações constam de um artigo publicado ontem pelo senador Jarbas Passarinho no jornal *O Liberal*, de Belém.

No artigo, Passarinho relata o encontro que ele e os presidentes do PMDB, PFL e PDT tiveram com o ministro Paulo Brossard, da Justiça. Dando seu testemunho sobre a reunião, o senador diz que Brossard transmitiu a posição de Sarney: "Se a Constituinte lhe reduzisse o mandato para quatro anos, considerasse-o cassado e só tinha duas opções a tomar. Ir ao Supremo Tribunal, na defesa de seu direito, ou deixar o governo". O ministro acrescentou logo que o presidente se recusaria a recorrer ao STF, levando seus interlocutores à conclusão óbvia: viria a renúncia imediata.

Com a renúncia de Sarney haveria a convocação de seus sucessores. Pela ordem, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal. "Um deles certamente assumiria o governo. Cumprindo a Constituição vigente, marcaria eleições dentro de 30 dias para eleger um presidente, pelo voto direto, a fim de governar até o fim do mandato, ou seja, por menos de um ano", relata Passarinho.

Ainda de acordo com o senador, sentindo que o presidente da República transferia o problema para os políticos, o deputado Ulysses Guimarães decidiu propor a adoção do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney, uma solução considerada de risco menor. Mas enquanto Brossard tentava uma composição com Ulysses, Passarinho, Marco Maciel e Paiva Muniz, o Planalto decidiu jogar tudo na aprovação do presidencialismo e nos cinco anos de mandato para os futuros presidentes. Passarinho admite que chegou a duvidar da estratégia, que acabou dando certo.

Jarbas Passarinho desmentiu, no artigo, a "versão de repórteres expressivos" sobre uma tentativa de golpe "com a mirabolante e suposta decisão de intervenção das Forças Armadas".